

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vert Companhia Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma Companhia registrada como companhia aberta na categoria “B” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 02399-0, com o registro concedido em 25 de agosto de 2016, e cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio: **(i)** a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; **(ii)** a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”) e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; **(iii)** a emissão e a colocação, no mercado financeiro, de capitais e de forma privada, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; **(iv)** a realização de negócios e a prestação dos serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de direitos de crédito imobiliário a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio ou em direitos de crédito imobiliário, incluindo, mas não se limitando à digitação de títulos em sistema do mercado do balcão; e Administração, recuperação e alienação de direitos de crédito; **(v)** a realização de operações em mercados de derivativos com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos.

2. Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Bases de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Bases de mensuração

As informações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações contábeis, exceto as demonstrações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.3. Moeda funcional

As informações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3. Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de informática	05 anos ou 60 meses
Móveis, utensílios e central telefônica	10 anos ou 120 meses
Instalações	10 anos ou 120 meses
Benfeitoria em imóveis de terceiros	03 anos ou 36 meses

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

- (i) Para benfeitorias em imóveis de terceiros, a amortização é calculada considerando-se o menor prazo entre o prazo do contrato de locação ou o tempo de vida útil dos bens.

3.4. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente e são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A vida útil dos ativos intangíveis adquiridos foi avaliada pela Companhia e definidas pelo prazo de vida estabelecido em 05 anos ou 60 meses.

3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui ativos ou passivos contingentes, que levassem a Companhia à necessidade da constituição de qualquer provisão.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.8. Lucro por ação

O lucro por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – demonstração do valor adicionado.

3.10. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.11. Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis:

3.11.1. Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018

- **IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento)**

Introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 trouxe são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia informa que a conclusão das análises voltadas a avaliação dos potenciais impactos da adoção do CPC 48 nas suas demonstrações contábeis não apontou para a ocorrência de impactos relevantes com a adoção do IFRS 9.

- **IFRS 15/CPC 47 – Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento)**

Estabelece um único modelo contendo cinco passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substituiu a IAS 18/CPC 30 (R1) – Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) – Contratos de construção e correspondentes interpretações.

A Companhia informa que a conclusão das análises voltadas a avaliação dos potenciais impactos da adoção do CPC 47 nas suas demonstrações contábeis não apontou para a ocorrência de impactos relevantes com a adoção do IFRS 15.

- **Instrução CVM nº 600 – Regime dos certificados de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários**

Essa instrução, dentre outras disposições, visa regulamentar e padronizar a divulgação das demonstrações contábeis relacionadas a securitização de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários, cuja vigência iniciou-se 90 dias a partir da publicação da instrução, que ocorreu em 1º de agosto de 2018.

Em decorrência dessa nova instrução, a Companhia deixou de apresentar nestas demonstrações contábeis a informação suplementar das demonstrações contábeis fiduciárias, que vinham sendo apresentadas nas notas explicativas até 30 de setembro de 2019, uma vez que as demonstrações de cada patrimônio separado da securitizadora serão, agora com o advento deste novo normativo da CVM feitas de forma individualizada em documento apartado destas notas explicativas.

As demonstrações individuais de cada patrimônio separado da securitizadora serão disponibilizadas ao público na página da Companhia disponível na rede mundial de computadores (<http://www.vert-capital.com>) e entregues à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 03 meses (120 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas de parecer do auditor independente.

Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 600, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

Série CRA/CRI	Data de encerramento do exercício
1a Emissão/ 1a série CRA - BRF DI	31/dez
1a Emissão/ 2a série CRA - BRF IPCA	31/dez
2a Emissão/ 1a série CRA - SCHF	31/mar
5a Emissão/ 1a série CRA - SMT DI	31/mar
5a Emissão/ 2a série CRA - SMT IPCA	31/mar
4a Emissão/ 1a série CRA - Guarani	31/mar
1a Emissão/ 1a série CRI - CMFR	31/mar
10a Emissão/ 1a série CRA - LMGR	31/dez
10a Emissão/ 2a série CRA - LMGR	31/dez
11a Emissão/ 1a série CRA - ECTP	30/jun
11a Emissão/ 2a série CRA - ECTP	30/jun
6a Emissão/ 1a série CRA - NUF I	31/dez
6a Emissão/ 2a série CRA - NUF I	31/dez
6a Emissão/ 3a série CRA - NUF I	31/dez
8a Emissão/ 1a série CRA - NUF II	31/dez
8a Emissão/ 2a série CRA - NUF II	31/dez
8a Emissão/ 3a série CRA - NUF II	31/dez
2a Emissão/ 1a série CRI - RIBEIRA	30/jun
14a Emissão/ 1a série CRA - Ipiranga DI	30/jun
14a Emissão/ 2a série CRA - Ipiranga IPCA	30/jun
13a Emissão/ 1a série CRA - Agroterenas	30/set
13a Emissão/ 2a série CRA - Agroterenas	30/set
15a Emissão/ 1a série CRA - SMT II DI	30/set
15a Emissão/ 2a série CRA - SMT II IPCA	30/set
16a Emissão/ 1a série CRA - SPBC	30/set
12a Emissão/ 1a série CRA - SYNT	31/dez
12a Emissão/ 2a série CRA - SYNT	31/dez
12a Emissão/ 3a série CRA - SYNT	31/dez
18ª Emissão/ 1ª Série CRA - Tereos	30/jun
18ª Emissão/ 2ª Série CRA - Tereos	30/jun
19ª Emissão/ 1ª Série CRA - Copagril	31/mar
20ª Emissão/ 1ª Série CRA - Ipiranga II	31/dez
20ª Emissão/ 2ª Série CRA - Ipiranga II	31/dez
3ª Emissão/ 1ª Série CRI - Embraed	30/jun
5ª Emissão/ 1ª Série CRI - Creditas	30/set
5ª Emissão/ 2ª Série CRI - Creditas	30/set
22ª Emissão/ 1ª Série CRA - Tereos	30/jun
6ª Emissão/ 1ª Série CRI - Bresco	30/jun

3.11.2. Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019

- IFRS 16/CPC 06(R2) – *Leasing*: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

O principal contrato no escopo da IFRS 16 trata-se do contrato de aluguel do escritório da matriz, situado em São Paulo - SP. O contrato possui vigência de 3 anos, desta forma, os impactos esperados a partir de 1º de janeiro de 2019 são: **(i)** reconhecimento do ativo de direito de uso no ativo não circulante; e **(ii)** reconhecimento passivo de arrendamento segregado entre circulante e não circulante. Não há expectativa de impactos relevantes no resultado da Companhia.

A Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes de outros contratos de arrendamento mercantil.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos - conta corrente	10	10
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	2.006	283
	2.016	293

- (i)** O montante é composto por: **(a)** aplicações financeiras automáticas (Aplic Aut Mais), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e **(b)** aplicações financeiras em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 92% do CDI.

5. Impostos a recuperar

O saldo em 31 de dezembro de 2018 refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL, conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF sobre aplicação financeira	-	1
IRRF sobre faturamento	-	5
CSLL sobre faturamento	-	3
IRPJ estimativa	-	4
Saldo negativo - IRPJ	10	-
Saldo negativo - CSLL	3	-
Outros impostos a compensar	8	8
	21	21

6. Sócios, administradores e pessoas ligadas

Os saldos a receber com sócios, administradores e pessoas ligadas referem-se a despesas de sócios e outras empresas do mesmo grupo econômico, que foram pagas pela Companhia e serão posteriormente reembolsadas.

	31/12/2018	31/12/2017
Outros (ativo)	1	5
Martha de Sá (passivo)	-	(1)
Vert Assessoria Financeira Ltda. (passivo)	-	(7)

7. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de outras contas a receber está relacionado a gastos reembolsáveis pelo pagamento de despesas dos patrimônios separados no montante de R\$ 32 (R\$ 320 em 31 de dezembro de 2017).

8. Imobilizado

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	127	(20)	107	115
Máquinas e equipamentos	10%	11	(2)	9	10
Equipamentos de informática	20%	218	(67)	151	124
Benf. em imóveis de terceiros	33%	241	(113)	128	174
Instalações	10%	146	(20)	126	118
Imobilizado em andamento		-	-	-	40
		743	(222)	521	581

A movimentação do imobilizado para o exercício está demonstrada a seguir:

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2018
Móveis e utensílios	10%	115	34	(28)	-	(14)	107
Máquinas e equipamentos	10%	10	-	-	-	(1)	9
Equipamentos de informática	20%	124	62	-	-	(35)	151
Benf. em imóveis de terceiros	33%	174	-	(3)	40	(83)	128
Instalações	10%	118	25	(2)	-	(15)	126
Imobilizado em andamento	10%	40	-	-	(40)	-	-
		581	121	(33)	-	(148)	521

9. Intangível

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Licenças de uso de software	20%	94	(41)	53	62
		94	(41)	53	62

A movimentação do intangível para o exercício está demonstrada a seguir:

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Adições	Amortização	31/12/2018
Licenças de uso de software	20%	62	8	(17)	53
		62	8	(17)	53

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo se refere basicamente a montantes a pagar para prestadores de serviços e outras contas a pagar no montante de R\$ 12 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2017).

11. Impostos a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ a recolher	73	-
CSLL a recolher	26	-
Outros	34	13
	133	13

12. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia, emitido em 24 de maio de 2016, era de R\$ 100, representando 100.000 ações ordinárias, dos quais R\$ 10 foram integralizados na fase pré-operacional e R\$ 90 foram integralizados em 29 de setembro de 2017. Em 22 de agosto de 2016, foram emitidas 11 ações preferenciais ao preço de emissão de R\$ 100 cada, tendo o capital social da Companhia aumentado para R\$ 1.200 totalmente subscrito e integralizado. Em 05 de outubro de 2018 foi celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações entre CVCIB Holdings (Delaware) LLC, companhia estrangeira com sede em 2711 Centerville Road, Suite 400, na Cidade de Wilmington, 19808, no condado de New Castle, Estado de Delaware, Estados Unidos da América (“Vendedora”) e VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º andar, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF (“Compradora”), por meio do qual a Compradora adquiriu da Vendedora a totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, quais sejam, 11 ações preferenciais, pelo valor de R\$ 1.100.000,00). Desta forma, em 31 de dezembro de 2018, o capital social está dividido em 100.000 ações ordinárias e 11 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal e distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

	ON	%	PN	%
Martha de Sá Pessoa	1	0,001%	-	-
Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello	1	0,001%	-	-
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda.	99.998	99,998%	11	100,00%
Total	100.000	100,000%	11	100,00%

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto e possuem as seguintes características:

(i) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária; (ii) são conversíveis em ações ordinárias, sendo que a conversibilidade deverá observar a proporção de 100.000 ações ordinárias para cada ação preferencial.

12.1 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 a reserva legal totaliza R\$ 65.

12.2 Dividendos

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção do saldo de prejuízos acumulados (b) 5% para a constituição de reserva legal; (c) 25% do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (d) o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, será transferido para a reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral e terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

Conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, o saldo de dividendos de R\$ 13, constituído no exercício de 2017, foi destinado a reserva especial, tendo havido a renúncia dos acionistas no recebimento deste montante, tendo em vista a visão de que a situação financeira da companhia era incompatível com referida distribuição.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo destinado como dividendos obrigatórios é de R\$ 296, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil	1.246	475
Absorção de prejuízos acumulados	-	(420)
Reserva legal - 5%	(62)	(3)
Base de cálculo dos dividendos	1.184	52
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	296	13
Dividendos declarados	(296)	(13)

13. Receita operacional líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Serviços prestados	3.311	1.813
PIS, COFINS e ISS	(320)	(176)
	2.991	1.637

A receita da Companhia é oriunda de honorários de emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da prestação de serviços de administração dos patrimônios separados correspondentes das emissões desses certificados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia é responsável pela administração de 22 emissões.

14. Custo dos serviços prestados

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Taxas CVM	(19)	(18)
	(19)	(18)

15. (Despesas) receitas operacionais por natureza

	01/01/2018- 31/12/2018	01/01/2017- 31/12/2017
Pró-labore e encargos sociais	(47)	(293)
Anúncios e publicações	(51)	(42)
Publicidade e propaganda	(9)	(44)
Auditoria	(76)	(72)
Assessoria contábil	(95)	(40)
Honorários advocatícios	(3)	-
Impostos e taxas diversas	(67)	(67)
Depreciação e amortização	(165)	(88)
Locação de equipamento	(19)	(1)
Manutenção de equipamentos	(16)	(9)
Cartórios	(5)	(3)
Manutenção de escritório	(564)	(224)
Material escritório/consumo	(37)	(24)
Refeições e lanches	(6)	(4)
Despesa com software	(13)	-
Manutenção do imobilizado	(9)	-
Manutenção de sistemas	(16)	-
Associação de classe	(16)	(1)
Consultoria em marketing	(12)	-
Serviços prestados por terceiros	(16)	(45)
Outras gerais e administrativas	(43)	(88)
	(1.285)	(1.045)
Classificadas como		
Gerais e administrativas	(1.053)	(890)
Despesas tributárias	(67)	(67)
Depreciação e amortização	(165)	(88)
	(1.285)	(1.045)

16. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto pelas receitas auferidas exclusivamente por aplicações financeiras e reduzidos das despesas financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	01/01/2018- 31/12/2018	01/01/2017- 31/12/2017
Receitas de aplicações financeiras	42	29
Despesas financeiras diversas	(1)	(11)
	41	18

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1. Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – correntes

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Despesas correntes		
CSLL	(134)	(37)
IRPJ	(348)	(80)
	(482)	(117)

17.2. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL – correntes

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	1.728	592
Despesas gerais indedutíveis	3	-
(-) Compensações de prejuízos fiscais	(242)	(178)
Resultado tributável	1.489	354
34% do lucro real	(506)	(120)
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	24	3
Total IRPJ/ CSLL	(482)	(117)

18. Resultado por ação

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Lucro do exercício atribuível aos acionistas	1.246	475
Quantidade média ponderada de ações preferencias utilizada na apuração do lucro	11	11
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro	100.000	100.000
Lucro por ação atribuível aos acionistas ordinários	12,4600	4,7500
Lucro por ação atribuível aos acionistas preferenciais	13,7045	5,2244

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui saldos ativos e passivos com partes relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

Saldos ativos e (passivos)	31/12/2018	31/12/2017
Outros (Nota nº 6)	1	5
Martha de Sá (Nota nº 6)	-	(1)
Vert Assessoria Financeira Ltda. (Nota nº 6)	-	(7)

A Companhia incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, despesas com *pró-labore* de sócios e encargos sociais no montante de R\$ 46.

A remuneração que contempla a diretoria executiva da Companhia, que se refere à remuneração fixa, foi estabelecida na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos legais.

20. Eventos subsequentes

Em 11 de janeiro de 2019, o conselho de administração, nos termos do artigo 204 da Lei nº 6.404/76 e no artigo nº 33 de seu estatuto social, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 940.

21. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 30 de janeiro de 2019.



São Paulo, 30 de janeiro de 2019.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** ("Companhia"), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o Parecer do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.

1. Contexto Organizacional

A Companhia foi constituída em 24 de maio de 2016, com capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que foi totalmente subscrito e integralizado. Em 22 de agosto foram emitidas 11 (onze) ações preferenciais ao preço de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ação preferencial, tendo o capital social da Companhia aumentado para R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), sendo que as ações preferenciais foram totalmente subscritas e integralizadas. . Em 5 de outubro de 2018, a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda., comprou a totalidade de ações preferenciais detidas pelo CVCIB Holdings (Delaware), LLC. O atual capital social é dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias e 11 (onze) ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, todas nominativas, divididas entre os acionistas da seguinte forma:

Acionista	ON	%	PN	%
Martha de Sá Pessôa	1	0,001%	-	-
Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello	1	0,001%	-	-
VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda	99.998	99,998%	11	100%
TOTAL	100.000	100%	11	100%

+ 55 (11) 3385 1800

Rua Cardeal
Arcoverde, 2365
7º andar | Pinheiros
São Paulo | SP
05407 003



A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de agosto de 2016, elegeu a Sra. Adriana Maria Mammocci para composição do Conselho de Administração, que substituiu a Sra. Victoria de Sá, que renunciou ao cargo de Conselheira do Conselho de Administração. Na mesma data, foi criado o cargo de Diretora de Compliance, sendo que o Conselho de Administração elegeu como Diretora para o cargo a Sra. Victoria de Sá. O mandato do conselho de administração e da diretoria findará na Assembleia Geral Ordinária realizada no ano de 2019.

As atividades da Companhia são gerenciadas pela Diretoria, composta atualmente por 03 (três) membros. A Diretoria é responsável pela aprovação das emissões de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio, cujos termos e condições de cada emissão são aprovadas individualmente conforme constam nas atas de reuniões de diretoria.

2. Situação sobre as condições econômicas da Companhia

No exercício social relativo a 2018, a Companhia apurou lucro líquido no valor total de R\$ 1.246.000,00 (um milhão duzentos quarenta e seis mil reais), resultado direto do aumento da participação da Companhia em emissões de certificados de recebíveis do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários, bem como de receitas recorrentes advindas da administração das emissões já efetuadas nos anos de 2016 e 2017, que ainda não foram resgatadas.

O incremento no lucro líquido está relacionado ao escalonamento da quantidade de emissões e manutenção da estrutura atual, gerando maior eficiência de custos.

2.1. Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos

Com relação ao resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu reserva legal, apurou os dividendos mínimos obrigatórios e deduziu valores necessários à compensação dos prejuízos acumulados de ano anterior.

+ 55 (11) 3385 1800

Rua Cardeal

Arcoverde, 2365

7º andar | Pinheiros

São Paulo | SP

05407 003



A administração da Companhia não prevê um incremento de despesas no ano de 2019, de forma que a distribuição de dividendos é recomendada, não sendo necessária outras reservas do que as já legalmente previstas.

2.2. Emissão de dívida

Não foram emitidas nem adquiridas quaisquer debêntures e/ou quaisquer outros títulos de dívida pela Companhia.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

4. Projetos desenvolvidos

A Companhia realizou sete emissões de certificados de recebíveis do agronegócio e três emissões de certificados de recebíveis imobiliários que somam um total de R\$ 2.526.199.000,00 (dois bilhões, quinhentos e vinte e seis milhões e cento e noventa e nove mil reais) emitidos. Todas as emissões foram ofertas públicas com a constituição e regime fiduciário

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia não contratou o auditor independente, ou por parte a ele relacionada, para a prestação de qualquer serviço que não seja o serviço de auditoria externa, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

6. Considerações finais e perspectivas

No ano de 2018, a Companhia manteve seu crescimento de novas emissões, ampliando os ativos sob sua gestão, o que permitiu a Companhia ter um aumento em suas receitas, tanto esporádicas, cobradas a cada emissão, quanto recorrentes, cobradas periodicamente, de forma a incrementar ainda mais o lucro líquido no ano de 2018. A Companhia vem continuamente investindo na automatização dos procedimentos relacionados à administração de suas operações, o que permitiu um ganho de volume sem o incremento de custos, trazendo maior eficiência à Companhia.

+ 55 (11) 3385 1800

Rua Cardeal
Arcoverde, 2365
7º andar | Pinheiros
São Paulo | SP
05407 003



Do ponto de vista de recursos humanos, a Companhia manteve os programas de treinamento alinhados às atividades e demandas da Companhia.

Para o ano de 2019, a Companhia pretende continuar realizando emissões de certificados de recebíveis do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários no mercado de capitais, de forma a ganhar volume e conseguir aumentar sua receita recorrente e esporádica.

+55 (11) 3385 1800

Rua Cardeal
Arcoverde, 2365
7º andar | Pinheiros
São Paulo | SP
05407 003

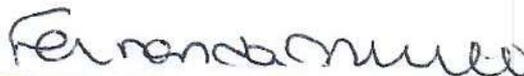
www.vert-capital.com

Victoria de Sá, brasileira, casada, advogada, portadora de cédula de identidade RG nº 44.939.079-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 397.787.928-60, com endereço comercial na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, Cidade e Estado de São Paulo, na qualidade de Diretora de Compliance; **Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 27.729.251-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 268.664.868-66, com endereço comercial na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, Cidade e Estado de São Paulo, na qualidade de Diretora Presidente; e **Martha de Sá Pessoa**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 29.976.122-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 319.973.458-89, com endereço comercial na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, Cidade e Estado de São Paulo, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, sociedade anônima, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 25.005.683/0001-09 ("Companhia"), declaram em atendimento ao art. 25, parágrafo 1º da Instrução CVM nº 480/09, que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia com data base 32 de dezembro de 2018.

São Paulo, 31 de janeiro de 2019.



Victoria de Sá
Diretora de Compliance



Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello
Diretora Presidente



Martha de Sá Pessoa
Diretora de Relações com Investidores